

NO TRIBUNAL DA IMPRENSA: MAGALHÃES BARATA E A AMEAÇA COMUNISTA NO PARÁ (1935-1937)

IN THE COURT OF PRESS: MAGALHÃES BARATA AND THE THREAT OF COMUNIST IN PARÁ (1935-1937)



Marcos Bezerra Lima¹

Resumo: O artigo analisa a campanha anticomunista liderada por Paulo Maranhão contra o militar e político Magalhães Barata, materializada no jornal Folha do Norte de Belém do Pará, durante os anos de 1930. Magalhães Barata exerceu o cargo de interventor pela primeira vez no Pará entre os anos de 1930 e 1935, deixando o estado em um contexto de extremada disputa política e cisão no próprio bloco governista. Sua saída esteve em contraste com a fortificação da oposição local, grupo que tinha como um dos líderes a figura de Paulo Maranhão, diretor e proprietário do principal jornal da capital paraense. Diante da onda anticomunista presente no Brasil do período, Magalhães Barata, o principal político paraense durante a Era Vargas, foi acusado pela oposição de ser adepto do comunismo. A partir dos episódios de acusação e de defesa em torno da possível participação de Magalhães Barata no movimento comunista, possibilitou-se vislumbrar estratégias adotadas pelas elites políticas paraenses durante o período.

Palavras-chave: Política; Imprensa; Poder; Era Vargas no Pará; Comunismo.

Abstract: This article analyses the anti-communist campaign led by Paulo Maranhão against the military officer and politician Magalhães Barata, published in the newspaper sheet of north in Belém do Pará during the 1930s. Magalhães Barata held the position of interventor for the first time in Pará between 1930 and 1935, leaving the state in a context of extreme political dispute and division within the ruling bloc itself. His departure was in contrast to the fortification of the local opposition, one of whose leaders was Paulo Maranhão, director and owner of the main newspaper in the capital of Pará. Faced with the anti-communist wave in Brazil at the time, Magalhães Barata, the main politician in Pará during the Vargas era, was accused by the opposition of being a supporter of communism. From the episodes of accusation and defence surrounding Magalhães Barata's possible participation in the communist movement, it was possible to glimpse the strategies adopted by Pará's political elites during the period.

Keywords: Politics; Press; Power; Vargas era in Pará; Communism.

Considerações Iniciais:

Nascido em Belém, em 1888, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, foi militar e político paraense durante o século XX. Durante os anos de 1930 e 1940, foi conduzido ao governo do estado por meio do sistema de interventoria varguista em duas oportunidades, primeiro entre os anos de 1930 e 1935, segundo entre os anos de 1943 e

¹ Graduado em Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), Mestre em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Doutorando em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Realiza pesquisa acerca dos meios de comunicação, trajetória e biografia, eleições, partidos e Era Vargas. Bolsista CAPES. E-mail: marcos260lima@gmail.com



1945. Sua atuação política em maior grau iniciou na década de 1920, figurando nas fileiras tenentistas que contestavam a Primeira República. Contudo, em 1911, exercendo funções militares, teria facilitado a ação de revoltosos contra o político Antônio Lemos e suas propriedades, em destaque o incêndio que ocasionou a destruição do jornal *A Província do Pará*, órgão da imprensa de apoio ao *lemismo*² (Rocque, 1983).

Magalhães Barata participou dos levantes tenentistas de 1924 no Amazonas e no Pará, sendo um dos principais responsáveis pelas tropas que sublevaram no Norte do país (Aragão, 2014). Apesar da desarticulação do movimento pelas forças legalistas, sua participação e papel importante na organização das tropas pode ser visualizado como indício de sua importância em parte dos movimentos contestatórios da época. Entre o levante de 1924 e sua condução à chefia do Estado do Pará, em novembro de 1930, Magalhães Barata foi preso, após curto período na prisão, exilou-se no Uruguai e voltou a articular no Sul do Brasil e na própria cidade natal com outros nomes contrários ao regime vigente.

Seu retorno a Belém ocorreu de maneira clandestina, meses antes da deflagração do movimento de 1930. Não permaneceu na cidade até outubro, sendo preso junto ao padre Leandro Pinheiro, pelas forças de Eurico Valle, último governador paraense da Primeira República, em setembro daquele ano, e mandado para o Rio de Janeiro. Em 12 de novembro de 1930, foi nomeado interventor federal do Pará por Juarez Távora, uma das principais lideranças do movimento. Sua primeira interventoria foi marcada por uma mudança drástica no modo de governar o Estado. Direccionou atenção às cidades do interior paraense, aproximou-se consideravelmente da população mais pobre, organizou um partido ligado ao governo, perseguiu e foi perseguido pela oposição e protagonizou forte envolvimento com a imprensa local, parte tornando-se sua aliada e outra parte o contrapondo fortemente.

A chegada ao poder do movimento de 1930 no Pará resultou no fim de uma hegemonia do Partido Republicano Federal (PRF) que durou desde o mandato de Lauro Sodré, iniciado em 1917. Magalhães Barata não era figurante da política partidária local

² Antônio José de Lemos (1843-1913) foi intendente municipal de Belém entre os anos de 1897 e 1911 e um dos principais políticos da Primeira República paraense. Em sua gestão, houve inúmeros processos de embelezamento da cidade, principalmente dos centros urbanos. Sua corrente política, contando com largo quantitativo de adeptos, ficou conhecida como *lemismo*. Protagonizou uma das principais disputas políticas da época, contra os chamados *lauristas*, adeptos do político Lauro Nina Sodré e Silva (1858-1944). Antonio Lemos deixou a intendência e a cidade de Belém sob um contexto bastante conturbado, tendo sua residência e o prédio do jornal *A Província do Pará*, que era de sua propriedade, incendiados por opositores. Ver mais: (Santos, 2020) e (Sarges, 2002).



na Primeira República, sua nomeação representava um elemento novo na dinâmica política. Em seu início de governança, contou com o apoio de lideranças civis do movimento, como os irmãos Abel e Mário Chermont. O reordenamento político era drástico e representou uma série de continuidades e de rupturas de forças dominantes da Primeira República que transitaram de inúmeras formas para o período varguista. Diante do tema abordado no presente artigo, um personagem fortemente atingido pela queda do PRF e de Eurico Valle foi o jornalista e político Paulo Maranhão (1872-1966).

Diretor e proprietário do periódico *Folha do Norte* desde os anos de 1910, Paulo Maranhão elegeu-se deputado federal por três vezes na década de 1920, inclusive teve seu último mandato interrompido pelo movimento de 1930. Era considerado nome de confiança de Eurico Valle e fazia do seu jornal principal porta-voz de seus próprios interesses políticos e/ou dos seus aliados. Após a perda do mandato, seu jornal foi suspenso durante alguns dias e o jornalista foi afastado da direção do periódico por meses. Punições implementadas pelo grupo que ascendeu ao poder em detrimento do posicionamento do periódico durante toda a década de 1920. Paulo Maranhão pode ser considerado um dos principais jornalistas paraenses do século XX, figurando como componente de uma elite política, atuando entre o campo jornalístico por mais de 70 anos e o campo político partidário.³

Desse modo, analisar a trajetória de Paulo Maranhão é também analisar a história do jornal *Folha do Norte*, considerando que o jornalista trabalhou no periódico por cerca de 70 anos, sendo diretor/proprietário por mais de 5 décadas. Paulo Maranhão participou de duras campanhas que o jornal impôs a políticos importantes do estado do Pará, por exemplo, contra o então governador Augusto Montenegro e o então intendente de Belém Antônio Lemos, no início do século XX. Contudo, a conjuntura de oposição travada

³ Paulo Maranhão desempenhou intensa atuação entre a política partidária e o jornalismo, em âmbito local e nacional, por décadas. Utilizando-se da discussão acerca do poder simbólico de Pierre de Bourdieu (1989), entende-se que a atuação de Paulo Maranhão no campo jornalístico lhe proporcionou condições para galgar vitórias na política partidária. Como exercício de exemplo, após assumir a direção e propriedade da *Folha do Norte*, suas três vitórias eleitorais como deputado federal podem ser consideradas uma conversão do seu capital político entre o campo partidário e o campo jornalístico. Dessa forma, considera-se, apesar das diferentes temporalidades e conjunturas, que durante sua trajetória, Paulo Maranhão apresentou-se como elite política local, tanto em relação às tomadas de decisões enquanto deputado federal e outros cargos que desempenhou, quanto na influência política que exerceu sob governantes, principalmente tratando-se da utilização do seu meio de comunicação. Considera-se “elite” como uma parcela minoritária da sociedade, capaz de concretizar decisões a partir do poderio que detém, usufruindo de privilégios em torno do poder econômico, poder ideológico e poder político (Bobbio, 2007, p. 385). Junto a isto, deve-se considerar a força da imprensa como parte influente nas relações políticas estabelecidas em diferentes esferas ao longo da história. Não à toa, o poderio dos meios de comunicação foi considerado o “Quarto Poder” tamanha era a influência exercida nos três poderes tradicionais (legislativo, executivo e judiciário) e consequentemente na opinião pública (Zanone, 2007, p. 1050).



contra Magalhães Barata, durante 3 décadas, destaca-se pela longa periodicidade, pelas diferentes conjunturas (antes e depois do primeiro governo de Getúlio Vargas) e principalmente, pelos diversos mecanismos de ataque e defesa apresentados. Outro nome que deve ser destacado durante o período examinado neste artigo é o de João Maranhão, filho de Paulo, que exerceu a função de gerente por décadas na *Folha do Norte* e dirigiu em diferentes momentos o periódico *Folha Vespertina*, criado na década de 1930.

Paulatinamente, Paulo Maranhão efetivou mudanças no periódico *Folha do Norte*, tornando-o o principal impresso do Pará durante a primeira metade do século XX, tanto em número de tiragem, como em influência e participação política em eleições e outros desdobramentos. Ainda no contexto da década de 1930, a *Folha do Norte* tornou-se o principal canal de apoio às forças oposicionistas à interventoria de Magalhães Barata. Outro aspecto que deve ser ressaltado, tanto pelo período analisado, quanto pelo embate ideológico entre diferentes correntes, recai na aproximação de Paulo Maranhão e consequentemente do seu periódico ao grupo integralista de Belém do Pará. Paulo Eleutério, um dos chefes do integralismo no Pará, exerceu o cargo de secretário da *Folha do Norte* por anos e foi um dos elos entre o integralismo local e o jornal de Paulo Maranhão. O periódico costumava noticiar reuniões, endereços das sedes, programações como passeatas, debates, entre outras demonstrações de apoio (Lima, 2024, p. 65). Em suma, Paulo Maranhão utilizou por décadas o periódico *Folha do Norte* para concretizar campanhas políticas diversas, seja em favorecimento próprio e de seus aliados ou visando desgastes de adversários, como as que direcionou contra Magalhães Barata.

No presente exame, avalia-se como o jornalista, que fazia parte da oposição a Magalhães Barata, desenvolveu a campanha anticomunista contra o interventor paraense e principal figura política da Era Vargas no Pará. A partir de indícios históricos oriundos dos periódicos paraenses presentes na Biblioteca Pública Arthur Vianna, *O Estado do Pará* e a *Folha do Norte*, e jornais de outros estados disponíveis digitalmente, foi possível vislumbrar como interesses de representantes da elite política paraense, tornaram-se discursos favoráveis e contrários a possível ligação de Magalhães Barata com a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

A atuação da ANL na legalidade foi curta, fundada oficialmente em março de 1935, foi extinta no mês de julho do mesmo ano, após manifesto contendo críticas ao governo de Getúlio Vargas. A proibição ocorreu durante o início do contexto de maior cerceamento político protagonizado pelo governo varguista. Nomes como de Luiz Carlos Prestes, Roberto Sisson, Herculino Cascardo, Abgvar Bastos, Amoreti Osório e tantos



outros, estiveram na organização do grupo político de esquerda. Durante sua atuação, a ANL se notabilizou pela junção de vários grupos sociais, como proletários, intelectuais, militares, profissionais liberais, entre outros. Os embates com a Ação Integralista Brasileira (AIB) se concretizaram em vários estados, a posição contrária ao grupo de extrema-direita representou um dos principais pontos no programa da organização. Já na ilegalidade, os levantes de novembro de 1935, motivaram a intensificação dos aparatos de controle contra os integrantes da ANL. De 1935 até 1937, com a decretação do Estado Novo, vários dispositivos foram criados e/ou adaptados pelo Estado para promoção da segurança nacional contra os “inimigos do país”.

Dessa maneira, os anos de 1935, 1936 e 1937 são centrais para entender como o principal meio de comunicação paraense liderou a campanha anticomunista contra o Magalhães Barata, movimento que se configura como parte de uma campanha oposicionista maior, que durou décadas e representou o confronto político entre Paulo Maranhão e Magalhães Barata. De tal modo, deve-se considerar esse período como um dos centrais na construção do anticomunismo no Brasil, apontado por Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p. XXII) como a primeira de três fases do “anticomunismo agudo” no país. A segunda fase foi durante o início da Guerra Fria e a terceira no contexto do golpe militar de 1964.

Além disso, o autor aponta o quão complexo é a definição de anticomunismo, tanto em relação aos diversos princípios de oposição ao comunismo, quanto em relação aos diversos grupos que, em diferentes temporalidades, compuseram frentes contrárias ao movimento. Desse modo, a análise de especificidades, considerando estratégias, grupos sociais e conjunturas específicas, ajuda a entender os desdobramentos de programas anticomunistas. Em suma, a base da atuação anticomunista está na: “[...] recusa militante do projeto comunista. Ressalta-se, comunismo entendido como a síntese marxista-leninista originadora do bolchevismo e do modelo soviético.” (Motta, 2002, p. XIX).

Além disso, durante a discussão proposta, é possível perceber o protagonismo dos meios de comunicação nos desdobramentos políticos, os posicionamentos de diretores, gerentes, redatores e outros funcionários em prol de vastos interesses, moldando assim uma dinâmica que aproxima as mídias da política partidária. De tal modo, os meios de comunicação tornam-se, ao mesmo tempo, objeto e fonte de análise de conjunturas políticas, assinalando inclusive a renovação metodológica em torno de novos objetos de estudo no campo da história política (Jeanneney, 2003).



Nessa mesma direção, Douglas Angeli e Rodrigo Simões (2012, p. 118), ao discutirem as possibilidades metodológicas em torno da Nova História Política, pautaram o estudo dos jornais como caminho viável aos historiadores, enfatizando o diálogo entre os meios de comunicação e a opinião pública. De tal modo, a utilização das fontes jornalísticas neste artigo está para além de um meio para o entendimento do contexto analisado, não deixa de ser, mas analisar a utilização da imprensa para fins partidários, ideológicos e particulares apresenta-se como foco central.

As construções narrativas, a quantidade e repetição de publicações em torno do mesmo assunto, a utilização de mecanismos diversos para acusação e fixação de uma ideia política, são partes de um ímpeto pré-estabelecido pelo diretor/proprietário da *Folha do Norte* para atingir o seu principal inimigo político naquele momento. Muito longe de uma neutralidade na análise dos fatos, a postura concretizada por Paulo Maranhão em “surfear” na onda anticomunista, a partir do meio de comunicação que comandava, simbolizou um dos seus objetivos na época: o de minar a imagem política de Magalhães Barata.

“Não pode fugir à pecha de comunista”

O título acima foi uma das principais matérias jornalísticas estampadas nas páginas da *Folha do Norte* no momento de maior tensão sobre os possíveis envolvimento de Magalhães Barata com a ANL, no final de 1936. Naquele momento, apoiadores políticos do então ex-interventor acusavam o jornal de Paulo Maranhão de propagarem falsas notícias acerca do militar. Contudo, apesar de a campanha ter se intensificado nos meses finais de 1936 e começo de 1937, desde 1930, no contexto conturbado dos movimentos contestatórios, Magalhães Barata se defendia das acusações de comunista vindas de opositores. Utilizando-se do espaço que tinha para publicar no jornal *O Estado do Pará*, declarou: “Os jornais de Belém me acusam de professar ideais comunistas, o fazem não por dúvidas, ao menos, quanto aos ideais que me atém desde 1924, mas sim para produzir confusão no espírito público” (*O Estado do Pará*, 07/09/1930, p. 1). A defesa fez parte de um editorial maior que tinha por título central: “Despedindo-se do povo paraense, o tenente Barata repele a pecha de comunista e reafirma a sua fé na revolução” (*O Estado do Pará*, 07/09/1930, p. 1).

Ao analisar os elementos na defesa de Magalhães Barata, é importante frisar a condição da imprensa paraense nos momentos de reordenamento político em 1930. Os dois principais jornais do Pará viveram uma espécie de roda-gigante do poder, uma vez



que *O Estado do Pará*, que acolheu as afirmativas de Magalhães Barata logo após sua prisão em Belém no início de setembro, atuava como porta-voz do movimento contestatório. Por outro lado, a *Folha do Norte* era o periódico mais próximo do governo. A relação entre seu proprietário e o governador do Estado era excelente. A maioria dos funcionários do *O Estado do Pará* fazia parte da organização civil do movimento, inclusive nos momentos de ação das tropas governistas, alguns funcionários do periódico foram presos. Tudo mudou quando a junta governista assumiu o posto de Eurico Valle e foi finalmente instalada a nova ordem política no Pará. A suspensão da *Folha do Norte* fez com que *O Estado do Pará* se transformasse no periódico mais requisitado do momento, alterando drasticamente a dinâmica política e mercadológica do campo jornalístico paraense (Lima, 2022).

Dessa maneira, é importante frisar o quão impactante foi a chegada ao poder da ala vitoriosa do movimento de 1930, em relação aos rearranjos políticos daquele momento. Ao analisar o contexto de redefinição política de 1930, Tania de Luca (2021) adverte que:

A chegada de Getúlio Vargas ao poder implicou deslocamentos importantes no cenário da grande imprensa: alguns órgãos perderam parte do seu antigo brilho, caso do *Correio Paulistano*; outros não resistiram aos novos ventos e acabaram desaparecendo, como *O País*; enquanto houve aqueles que, a exemplo do *Jornal do Brasil*, mudaram de proprietários e/ou alteraram sua linha editorial (De Luca, 2021, p. 167).

Sob uma ótica local, a *Folha do Norte* enquadra-se no terceiro grupo de jornais apresentados pela autora. Foi preciso afastar Paulo Maranhão da direção do periódico, redefinir linhas editoriais e construir uma política de cooperação com a interventoria de Magalhães Barata, tudo isso em prol da continuidade de suas atividades. Dessa maneira, é mais do que simbólico que a posição assumida por diretores, gerentes e outros agentes dos órgãos de comunicação, podem entrar em rota de colisão com as diretrizes estatais, ocasionando consequências de menor ou maior grau e de maneira direta ou indireta. A legitimação da interventoria de Magalhães Barata, passava pelo crivo da imprensa, não à toa durante sua primeira interventoria concretizou algumas iniciativas: interveio e atacou o jornal opositor (*Folha do Norte*); aproximou-se do periódico que lutara desde os anos de 1920 junto aos oposicionistas a Primeira República (*O Estado do Pará*); transformou o *Diário Oficial do Estado* em canal para propagação de suas políticas governamentais e arma de seus conflitos partidários (*Diário do Estado*).



De tal modo, ao contestar o papel da imprensa como produtora de confusão no espírito público, Magalhães Barata se dirigia à *Folha do Norte*, que o atacava e acompanhava o processo de busca e prisão do militar que agia clandestinamente em Belém. Meses antes da declaração ao jornal paraense sobre possíveis vínculos com o comunismo, o nome de Magalhães Barata constava como um dos opositores ao manifesto publicado por Luiz Carlos Prestes em maio de 1930 (*Correio da Manhã*, 03/06/1930, p. 2). O referido manifesto significou a ruptura de Prestes com o movimento tenentista e expôs a proximidade do “Cavalheiro da Esperança” a temas como: anti-imperialismo e poder aos trabalhadores.

Anita Leocádia Prestes (2015) assinala: “Embora Prestes não fizesse referência ao comunismo no manifesto, sua adesão ao programa da ‘revolução agrária e anti-imperialista’, proposta pelo PCB, o identificava com os comunistas perante a opinião pública [...]” (Prestes, 2015, p. 125). Desse modo, inúmeros personagens envolvidos nos movimentos de 1922 e 1924, entre eles Magalhães Barata, prontamente publicizaram distanciamento das ideias de Prestes, principalmente pela repercussão negativa na imprensa e na opinião pública causada pelo posicionamento deste. A publicação do manifesto ocorreu em maio de 1930. O jornal *Diário da Noite*, comandado por Assis Chateaubriand, publicou o manifesto na primeira e na oitava página da edição do dia 29 de maio. O periódico, que apoiava a Aliança Liberal e representou um dos precursores do império de Chateaubriand, apesar de oferecer guarida ao manifesto de Prestes, explicitava distanciamento das ideias do capitão.

Avançando para a primeira interventoria de Magalhães Barata, pode-se dizer que o controle político-eleitoral instaurado pelo militar foi satisfatório, pelo menos até 1935. Nas eleições de maio de 1933, a primeira organizada pela justiça eleitoral, o Partido Liberal (PL) fundado por Magalhães Barata e outros políticos aliados, conquistou as 7 vagas destinadas ao estado do Pará, com os eleitos: Abel Chermont, Rodrigo da Veiga Cabral, Clementino Lisboa, Joaquim Pimenta de Magalhães, Leandro Pinheiro, Luiz de Moura Carvalho e Mario Chermont. Nomes como os de Abel e Mário Chermont, personagens amplamente envolvidos na cisão do PL em 1935, foram eleitos nesse pleito de 1933. Vale destacar também o nome do padre Leandro Pinheiro, preso em 1930 junto a Magalhães Barata, que conseguiu uma vaga como deputado constituinte (ROCQUE, 1999).

Sobre o panorama eleitoral desse período, Denise Rodrigues (2023) evidencia que a oposição organizada ainda estava embrionária no pleito de 1933, diferente do observado



em 1934, quando forças ligadas ao PRF e ao Partido Republicano Conservador compuseram a Frente Única Paraense (FUP). Nomes como Samuel Mac-Dowell e Lauro Sodré constavam nas fileiras oposicionistas para a eleição de 1934. No campo dos meios de comunicação, a posição de Magalhães Barata era dúbia. Em linhas gerais, destacamos três impressos: *Folha do Norte*, *O Estado do Pará* e o *Diário do Estado*.

A relação de Magalhães Barata com a *Folha do Norte* de Paulo Maranhão nunca foi boa, apesar das aproximações constatadas nos anos de 1931 e 1932, visitas mútuas entre o jornalista e o militar nas sedes do jornal e do governo, dentre outros sinais de cooperação. Contudo, o rompimento entre os dois ocorreu nos primeiros meses de 1933, após críticas sobre a condução do *Diário Oficial do Estado* e de possíveis coerções de funcionários públicos no pleito daquele ano. Além disso, a *Folha do Norte* tornou-se porta-voz da FUP. A eleição de 1934 representava para Paulo Maranhão, entre outras coisas, uma chance de se reestruturar politicamente, assim como para outros nomes importantes da Primeira República. No mesmo contexto de ruptura com a *Folha do Norte*, Magalhães Barata alterou a função do *Diário Oficial do Estado*, órgão até então voltado para a divulgação de atos, como portarias, decretos e demais iniciativas estatais.

Em janeiro de 1933, o interventor paraense noticiou que transformaria o *Diário Oficial* em *Diário do Estado*, tornando o órgão um canal oficial de comunicação com a população, publicizando ações, comentando atos do governo e dialogando sobre os programas políticos implementados. Tanto na imprensa local, quanto na capital, o ato do interventor paraense foi criticado. Em movimento similar, o então interventor de São Paulo, Waldomiro Lima, também caminhou em direção às mudanças em relação ao tradicional canal de informe do governo, o jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro taxou a ação de Magalhães Barata e Waldomiro Lima como “propósitos infelizes” (*Diário de Notícias*, 07/01/1933, p. 2). A concretização no Pará das mudanças ocorreu somente em meados de 1933, passando o *Diário do Estado* a ser o principal canal próprio de propagação do governo de Magalhães Barata, usado em sua defesa e ataque aos adversários.

A posição do *O Estado do Pará* também é passível de análise. Durante a primeira interventoria de Magalhães Barata, o jornal comandado por Affonso Chermont foi sem dúvidas o principal porta-voz do governo, principalmente nos anos iniciais de sua interventoria. Em 1933, diante do rompimento com a *Folha do Norte*, o periódico não poupou esforços na defesa do interventor, assim como o defendeu nos conturbados meses que antecederam a vitória do movimento de 1930. No contexto eleitoral de 1934, em uma



tentativa de congregar ainda mais força para a chapa do PL, Magalhães Barata propôs que Affonso Chermont concorresse ao cargo de Deputado Estadual, porém, o responsável pelo meio de comunicação declinou do convite, alegando que: “[...] o passado revolucionário é mais do O Estado do que meu [...]” e enfatizou que pretendia continuar distante da política partidária. (*O Estado do Pará*, 11/08/1934, p. 1). A recusa não alterou a dinâmica de cobertura e apoio do jornal ao político militar paraense. Por meio do *O Estado do Pará* a população continuou a acessar as principais notícias sobre o governo e ter conhecimento das movimentações a respeito do pleito de outubro de 1934.

O sucesso eleitoral do PL nesse ano foi inegável. Das 30 cadeiras para deputado estadual, o partido governista ocupou 21. A FUP, que conseguiu satisfatória organização no campo opositor, angariou 9 vagas. O triunfo da maioria governista indicava a vitória de Magalhães Barata na eleição indireta de abril de 1935, quando seria decidido o futuro governador do Estado e dois senadores, porém, a cisão no próprio partido do interventor reordenou o cenário político.⁴ A dissidência de 7 eleitos pelo Partido Liberal e a junção com os 9 eleitos da Frente Única alterava a maioria que decidiria o futuro governador do Estado. O clima de tensão se alastrava perante o futuro político paraense, tensão essa que, em 1934, conheceu contornos violentos. Dos inúmeros casos ocorridos, dois exemplos podem ilustrar o conturbado período. Em setembro de 1934, José Avelino, apoiador de Magalhães Barata e candidato pela chapa governista ao cargo de deputado estadual, foi assassinado no centro da cidade após divergências entre integrantes dos dois principais grupos políticos.

⁴ A cisão política no Partido Liberal em 1935 foi um dos principais acontecimentos políticos dos anos de 1930 no Pará. Denise Rodrigues (2023) aponta dois planos para a referida crise: o plano econômico e o plano político. Sobre o plano econômico, a autora pontua que, a partir de 1932, a interventoria do Estado e a prefeitura enfrentaram problemas em relação ao descontentamento de comerciantes acerca das taxas cobradas pelas autoridades. A Associação Comercial e pecuaristas são exemplos de grupos que entraram em conflito com o governo de Magalhães Barata. A organização em torno da comercialização da castanha também foi pauta de discussão, assim como greves de comerciantes e outros segmentos trabalhistas. Uma escalada de atritos, segundo a autora, aumentou paulatinamente a tensão entre determinados grupos e a interventoria ao longo dos anos, dificultando uma boa relação para sua eleição em 1935. No plano político, a autora apresenta uma contínua linha de crises e dissidências entre Magalhães Barata e personalidades do governo, desde a chegada ao poder, até o próprio contexto da cisão. Contudo, em concordância com Carlos Rocque (1983), a autora pontua dois elementos importantes para o desfecho mais incisivo da crise. O primeiro recaiu na manobra de Magalhães Barata em eleger seu irmão, Mário, em detrimento da renúncia de algum deputado do seu partido, algo que não se efetivou. E, por outro lado, a crescente tensão entre a ala “baratista”, comandada por Magalhães Barata e a ala “abelista”, comandada por Abel Chermont, em prol do controle majoritário do Partido Liberal. Vale ressaltar, que os irmãos Abel e Mário Chermont foram peças centrais na cisão de abril de 1935. De tal modo, tanto a oposição, quanto parte do grupo dissidente, estava empenhada em diminuir a influência de Magalhães Barata e construir novas conjunturas políticas.



Em retaliação à morte do *baratista*,⁵ houve ataques às instalações da *Folha do Norte*, concretizando uma das principais tentativas de empastelamento do periódico opositor, o mesmo que meses depois iniciaria forte campanha de acusação de comunismo contra Magalhães Barata. Portanto, apesar da vitória governista no pleito de outubro de 1934, o clima de tensão pairava na capital paraense desde meses anteriores. Em abril de 1935, até houve tentativa de eleger Magalhães Barata como governador por parte de sua base eleita e os suplentes, mas o caso se resolveu somente após a intervenção federal de Getúlio Vargas, nomeando Carneiro de Mendonça para mediar a escolha do futuro governador paraense. O desfecho figurou-se com a indicação de José da Gama Malcher para o cargo de governador e os nomes de Abel Chermont e Aberlado Condurú para o senado.

Sem ser eleito, restou a Magalhães Barata inúmeras tentativas de ocupar o cargo de governador, mesmo após a posse de José da Gama Malcher. Afastado do poder, de 1935 até 1943, pode-se pontuar que a política paraense continuou atrelada ao nome de Magalhães Barata, em maior ou menor grau. Por exemplo, em 1936, o nome do ex-interventor esteve presente nas tratativas do acordo político entre União Popular do Pará e o Partido Liberal, em prol de facilitar a governança de José da Gama Malcher e redistribuir posições de poder na conjuntura política do momento. No ano seguinte, em 1937, Magalhães Barata, que havia assumido funções militares no estado de Goiás, retornou para Belém como um dos organizadores da campanha presidencial de José Américo no estado (Lima, 2024).

Foi durante esse momento de afastamento de Magalhães Barata do controle dos aparatos estatais, que a oposição se aproveitou para construir e fortificar estratégias em torno do *antibaratismo*. De tal modo, dentre vários mecanismos, um deles foi as diversas acusações de participação do ex-interventor no movimento comunista, campanha liderada por Paulo Maranhão a partir da *Folha do Norte*, ou seja, um dos opositores mais ferrenhos e que mais entrou em embate com o político, utilizou-se do meio de comunicação para atacar seu rival. Desse modo, é possível caracterizar a atuação de Paulo Maranhão como um produtor da “indústria do anticomunismo”, considerando que o jornalista utilizou do seu próprio jornal, meio de comunicação de largo alcance no período, para obter

⁵ No Pará da primeira metade do século XX, vários políticos no exercício de suas governanças contaram com amplas bases de apoio, com menor ou maior grau de participação popular. Além do *Lemismo* de Antônio Lemos e do *Laurismo* de Lauro Sodré, citados anteriormente, Magalhães Barata também contou com os chamados *baratistas*, apoiadores que compuseram o *baratismo* no Pará da época.



vantagens políticas frente a um dos seus principais adversários. Sobre a “indústria do anticomunismo”, Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p. 162) infere que seus atores são diversos, assim como suas finalidades. Agentes sociais, como a imprensa, o Estado, a igreja, os grupos políticos e os órgãos de repressão, utilizaram-se do anticomunismo para prestígio político, apoio popular e até mesmo ganhos pecuniários.

A conduta de Paulo Maranhão foi similar a de outros personagens durante a década de 1930, como aponta o referido autor:

A prática de macular a imagem de adversários, atribuindo-lhes o rótulo de comunista, foi uma das manifestações mais comuns da industrialização do anticomunismo. Ocorrências deste tipo foram recorrentes notadamente nos anos de 1930 [...] Para nos ater ao mesmo período histórico, após 1935 vários políticos de projeção receberam ataques do gênero, denunciados como comunistas. Líderes da oposição foram os mais visados [...] mas não escaparam nem governados do Estado, como o pernambucano Carlos de Lima Cavalcanti, que chegou a ser denunciado ao Tribunal de Segurança Nacional, nem ministros do próprio governo, como Agamenon Magalhães, que foi acossado por um parlamentar caçador de comunistas [...] (Motta, 2002, p. 163).

Portanto, nem mesmo a projeção política de Magalhães Barata o livrou dos ataques do anticomunismo. Dessa maneira, a presente análise está imbricada na atuação de membros da elite política paraense em um momento de reordenamento e de incertezas, tanto na esfera local, quanto na esfera nacional. Os anos entre 1935 e 1937 representam o apogeu de acontecimentos em torno da chamada “ameaça comunista” no Brasil.

Outrossim, sinalizar para o exame da atuação de parte da elite política paraense, significa considerar esses personagens como sujeitos que estão em posições de decisões diretas, mas também em condições de influenciar e moldar cursos políticos em diferentes âmbitos. Embora Magalhães Barata estivesse distante do executivo, ainda era o principal nome do Partido Liberal e carregava enorme capital político construído durante 5 anos de gestão. Por outro lado, Paulo Maranhão transitava em dois campos: o jornalístico e o político.

Desse modo, a construção da campanha anticomunista por Paulo Maranhão pode ser entendida como uma estratégia de desprestigiar seu principal rival em um momento de considerável fragilidade – afastamento de Magalhães Barata da chefia do Estado – possibilitando uma decisão que o beneficiasse. Como integrante de uma elite política, Paulo Maranhão utilizou-se exatamente do campo de ação que melhor dominava e exercia primorosos atributos, o jornalismo. Eduardo Raposo (2019) discorre que a junção do termo “elite” e a palavra “política” refere-se ao mundo do poder, direcionado aos agentes



que possuem determinadas características para condução da vida política das comunidades que fazem parte e define que elementos como: “conhecimento, riqueza, prestígio, poderio militar, desenvolvimento tecnológico, lugar de nascimento, competição pública e, também, mérito são as principais fontes de poder das elites políticas em todo o mundo” (Raposo, 2019, p. 160).

Ainda sobre o autor, além de revisar contribuições de autores precursores na discussão sobre elites, como Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels, propôs contribuições aos estudos sobre elites políticas. Um dos temas abordados foi sobre a atuação de políticos imbuídos de estratégias:

O político diferencia-se de outros atores sociais pela importância que a luta pelo poder exerce em suas atividades. Julga, invariavelmente, os fatos com os quais se depara em sua vida em razão de sua estratégia de poder. Ser político é ter estratégias e não há como compreender as ações daqueles que atuam nesse campo separadamente de suas estratégias. Para o político, tudo o que é observado vem acompanhado de seu valor estratégico e passa a ser considerado como uma oportunidade em sua escalada para o poder [...] Os meios e os fins que dirigem a carreira de um político, o que deve ser feito e o que deve ser evitado para que conquiste o poder, tudo se transforma em estratégias. (Raposo, 2019, p. 167).

De tal modo, ao analisar o momento de instabilidade política que o Brasil passava entre os anos de 1935 e 1937, a atuação de Paulo Maranhão direcionada a possível participação de Magalhães Barata com o movimento comunista, indicava um perfil estratégico do jornalista em uma possível retomada de poder local, diante da especificidade apresentada. Em 1935, a *Folha do Norte* publicizou grave notícia sobre Magalhães Barata, que estaria organizando um motim para se vingar dos adversários políticos, uma vez que perdeu qualquer chance de retomar o governo do Estado por vias legais. Entre os principais alvos do motim estavam: “[...] figuras de relevo do governo e da política dominante do Estado, sem esquecer o incêndio da Folha e o assassinio de seu diretor e redatores [...] as cabeças de seus adversários seriam espetados nos postes como troféus do seu delírio de déspota impotente” (*Folha do Norte*, 06/11/1935, p. 1).

A notícia foi bastante direta na retratação de um político sanguinário, cuja sede pelo poder o levaria a subverter a ordem política e promover assassinatos de inimigos. Deve-se atentar que o jornal, na construção da narrativa do possível levante, comenta que também seria alvo, inclusive culminando no assassinato do diretor Paulo Maranhão e outros funcionários. Em nenhum momento, o editorial traz a vinculação do motim a iniciativas comunistas, pelo menos não nesse momento. Todavia, é importante frisar que



em novembro de 1935 ocorreram os levantes comunistas que alteraram drasticamente o panorama de repressão e de controle no país, como destaca Eliana Dutra (2012, p. 43): “Com as insurreições dos dias 23, 25 e 27 de novembro, respectivamente em Natal, Recife e Rio de Janeiro, o comunismo se torna efetivamente o grande tema nacional, e até a instalação do Estado Novo, em novembro de 1937, é em seu nome e pelo temor de sua revolução que se prende, se tortura, se censura, se cerceia e se amedronta”.

A *Folha do Norte*, além da denúncia, estampou a repercussão na imprensa da então capital federal do possível motim, transcrevendo notícias dos periódicos *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, entre outros, o editorial foi intitulado: “No ‘Placard’ do escândalo” (*Folha do Norte*, 08/11/1935, p. 1). Magalhães Barata, após sucessivas licenças médicas, embarcou ao Rio de Janeiro no final de novembro de 1935, o político retomaria suas funções militares meses mais tarde em Goiás. Contudo, em uma escala no estado do Maranhão, o ex-interventor teria dito que voltaria ao Pará: “[...] por bem ou por mal, reconduzido ao poder pelos tribunais [...] ou trazido ao colo pela messalina rubra da Revolução, o que talvez lhe seja mais agradável [...]” (*Folha do Norte*, 23/11/1935, p. 1). Tanto o motim, como essa afirmação, que o militar voltaria ao Pará a qualquer custo, seriam lembrados pelo jornal de Paulo Maranhão em dezembro de 1936, quando Magalhães Barata foi inserido aos processos do Tribunal de Segurança Nacional (TSN).

Contudo, a vinculação mais direta nesse contexto de Magalhães Barata à Aliança Nacional Libertadora ocorreu em outra edição, a de 24 de novembro. Primeiro o jornal comunicou o que seria a adesão do militar a Aliança Nacional: “[...] se a lógica não está falida, como tudo neste país, o sr. Barata acaba de comunicar *urbi et orbi*, a sua incorporação às fileiras sanguissedentas da ideia rubra [...]” e depois satirizou a situação: “[...] aconselhamos os srs. aliancistas a dormirem, a partir de agora, com um olho aberto, se não puder ser com ambos, porque o sr. Barata não terá escrúpulos em negociá-los a maneira de judas [...]” (*Folha do Norte*, 24/11/1935, p. 1). Novamente, a apresentação de Magalhães Barata é de uma figura perigosa ao grupo que faz parte, que merece atenção para futuras manobras. A citação da frase em latim *urbi et orbi* (à cidade e ao mundo) pode ser interpretada tanto pelo viés de amplitude de comunicação, como pela interseção de significados religiosos contidos na narrativa, ao considerar que *urbi et orbi* é a benção papal dada no Natal, na Páscoa e na escolha de novos papas. Na contramão da tradicional benção, o jornal representa Magalhães Barata como um judas.

Na mesma edição, o periódico de Paulo Maranhão expande suas acusações para aliados de Magalhães Barata, entre eles Aníbal Duarte, Cunha Coimbra e Paulo de



Oliveira, que estariam se movimentando em conjunto com José Cybelle. Este último seria próximo do senador paraense Abel Chermont, que promoveu forte oposição às medidas autoritárias varguistas desse período e acabou preso por ligação com o movimento comunista. Um ponto interessante desse editorial, recai na citação dos casos de violência registrados no Rio Grande do Norte, que José Cybelle teria conhecimento prévio. A notícia é concluída com um alerta às autoridades policiais para Belém não ser palco de violências como as ocorridas em Natal (*Folha do Norte*, 24/11/1935, p. 1).

Apesar dos boatos em torno de possíveis levantes, não houve maiores ocorrências simultâneas às ocorridas em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Contudo, dias após os levantes, um acontecimento agitou a cidade de Belém. No antigo reservatório de água “Paes de Carvalho” localizado na rua Ó de Almeida, esquina com a 1º de março, no centro de Belém, hastearam uma bandeira comunista com as frases: “Abaixo a pena de morte” e “Aliança Nacional Libertadora”. Nas paredes do reservatório ainda estava escrito: “Viva Luiz Carlos Prestes”, “Viva a ANL” e “Viva o comunismo”. O periódico *Folha do Norte* noticiou que as autoridades tiveram dificuldades para retirar a bandeira, devido à altura em que foi amarrada, causando bastante alvoroço na cidade, considerando o ponto estratégico em que foi içada (*Folha do Norte*, 19/12/1935, p. 1). João Amazonas, militante comunista paraense, em depoimento, anos depois, assumiu que foi um dos responsáveis pelo ato: “O governo começou a repressão sobre a ANL e anunciou, inclusive, a pena de morte. Aí resolvi: ‘Vou fazer uma agitação aqui na cidade. Vou botar uma bandeira vermelha no edifício mais alto de Belém, que era a Caixa d’Água’” (Oliveira, 2011, p. 27).

Retomando a conjuntura diretamente ligada ao ex-interventor paraense, o clímax da campanha jornalística protagonizada pela *Folha do Norte* contra Magalhães Barata em relação a sua colaboração com o comunismo ocorreu em 1936. Em abril desse ano, o jornal oposicionista noticiava que a relação entre Magalhães Barata e Pedro Ernesto era bastante próxima (*Folha do Norte*, 07/04/1936, p. 1). Pedro Ernesto Batista foi importante nome da política do Rio de Janeiro durante os anos de 1930. Interventor do Distrito Federal, o médico protagonizou intenso jogo político entre as forças varguistas e a ANL. Desde a inauguração da organização política em março de 1935, ocorrendo no Rio de Janeiro sob o apoio de Pedro Ernesto, até os possíveis envolvimento com os levantes de novembro de 1935, que o levaram ao banco dos réus do TSN e posteriormente à sua prisão. Em contrapartida, o próprio Pedro Ernesto teria avisado Getúlio Vargas sobre a iniciativa armada que ocorria no Rio de Janeiro.



De fato, a relação entre Pedro Ernesto e Magalhães Barata poderia ser considerada próxima, muito embora poucos indícios foram encontrados que os remetessem a questão da ANL ou temas similares. Durante a interventoria de Magalhães Barata, o militar paraense chegou a fazer visitas ao interventor do Distrito Federal, como a ocorrida em 1932 (*Diário de Notícias*, 03/04/1932, p. 7). Em um contexto diferente, no momento de crise vivido por Magalhães Barata em 1935, com a cisão do PL, Pedro Ernesto teria telegrafado ao paraense com as seguintes palavras: “Recebi o telegrama do teu chefe de polícia. Estou convencido de que o amigo querido que és tu, saberá com a energia que o caracteriza aparar o golpe dos traidores” (*Diário de Notícias*, 12/04/1935, p. 6).

Ainda no contexto da sucessão governamental paraense de 1935, o *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, já em posição de contrariedade a Getúlio Vargas e ao bloco governista, criticou o que seria um telegrama de Pedro Ernesto incentivando a permanência de Magalhães Barata no Pará e inflamando o povo paraense a “cumprir o seu papel” em defesa do ex-interventor. O periódico, de maneira bastante direta, tachou o telegrama como “conselho de inimigo” e diz ser inconsequente e ridícula a iniciativa de Pedro Ernesto (*Diário de Notícias*, 27/04/1935, p. 2).

De tal modo, a aproximação entre Magalhães Barata e Pedro Ernesto, de caráter mais institucional na maior parte do tempo, compôs a propaganda anticomunista da *Folha do Norte* sob um viés de possível cooperação em torno da ANL. Todavia, o vínculo entre Magalhães Barata e outro nome ligado a ANL rendeu mais conteúdo para a oposição atacar o ex-interventor paraense. Durante o mês de dezembro, a imprensa local e da capital destacaram o nome de Magalhães Barata em processos do TSN. A prova mais concreta de uma aproximação do ex-interventor paraense com o movimento comunista tratava-se de uma carta escrita em 1935 para Roberto Sisson e encontrada pela polícia política varguista. O indício foi diversas vezes publicizado no periódico de Paulo Maranhão. Pelo teor do escrito, vale a transcrição na íntegra de uma das publicações:

Barata agia na sombra

Trata-se de cópia de uma carta de Barata a Sisson, datada em 27 de julho de 1935, na qual declara ao seu signatário o seguinte:

Como já lhe mandei dizer a minha tendência é pela Aliança Nacional Libertadora, isto falando de maneira geral. Lógico que tenho minhas restrições ao programa, o que aliás não invalida minha inclinação por ela. Por conveniência para a própria ANL, devo continuar fora. Concorrerei melhormente para a Aliança assim, procedendo. Sou de opinião que nenhum dos membros da caravana deve ficar aqui. Partindo, desaparecem as desconfianças e eu estarei melhor para agir na hora aprazada. Eu com minha gente agirei bem e a vontade. Ficando alguém da caravana, não tenho dúvidas



que a polícia ficará sempre desconfiada. Pode o sr. regressar com os demais membros da caravana, e confiar em mim que eu agirei na certa, pois, tenho os elementos e disponho de prestígio (*Folha do Norte*, 04/12/1936, p. 6).

A carta foi apreendida em um dos endereços que Carlos Prestes teria residido, na Rua Barão da Torre, nº 636, Rio de Janeiro. O indício fez parte do processo de acusação contra Roberto Sisson no TSN. No documento, é nítido que o interventor paraense estava ciente das movimentações efetivadas pela ANL e apesar do fechamento da organização em 11 de julho de 1935, manteve posição de proximidade ao movimento. Outro ponto que chama atenção é a posição de controle e prestígio invocada por Magalhães Barata em relação à situação política paraense, pois, vale lembrar que meses antes, em abril de 1935, a cisão do Partido Liberal significou a sua não eleição ao cargo de governador do Estado.

Apesar da publicação da *Folha do Norte*, o trecho acima simboliza somente uma parte da extensa carta de Magalhães Barata a Roberto Sisson. O indício com partes ilegíveis inicia com Magalhães Barata justificando sua escolha pela Revolução de 1930, movimento que prepararia o país para uma próxima revolução, essa, sim, com maior poder de transformação. O militar paraense ainda cita o apoio que possuía do povo de sua terra. Dentre os fragmentos legíveis, pode-se concluir que o interventor orienta Roberto Sisson que continue com sua caravana na região com todos os membros, sem deixar nenhum no Estado e conclui a missiva estabelecendo conexão entre o movimento de 5 de julho de 1924 e a ANL (TSN - Apelação 4.899/1937, auto de busca e apreensão RJ, vol. 2 – fls. 28).

Roberto Henrique Faller Sisson foi militar da Marinha Brasileira e secretário-geral da ANL, participando ativamente do movimento comunista do período e estabelecendo contato frequente com Luiz Carlos Prestes. Foi no contexto de sua caravana no Norte do país que a carta de Magalhães Barata lhe foi entregue. Além do Pará, o estado do Amazonas recebeu a caravana formada por Roberto Sisson, Benjamin Soares, Ivan Pedro Medina e Lydia Freitas, como destaca Davi Abreu (2018).

Em decorrência do posicionamento de Magalhães Barata em relação a ANL, exposto na carta destinada a Roberto Sisson, o TSN o convocou para esclarecimentos. Em 6 de abril de 1936, o delegado auxiliar da chefatura de polícia do Rio de Janeiro, Eurico Bellens Porto, solicitou que a Delegacia Especial de Segurança Pública e Social providenciasse contato com Magalhães Barata para declarações acerca do inquérito sobre o “movimento subversivo de 27 de novembro” (TSN - IPM, vol. 9, fls. 2634). Por sua vez, o delegado especial da Delegacia Especial de Segurança Pública e Social, Afonso



Henrique de Miranda Correa, respondeu ao ofício de Eurico Porto informando que tomou providências junto às autoridades militares para que Magalhães Barata prestasse todas as informações necessárias (TSN - IPM, vol. 9, fls. 2636).

Em maio do mesmo ano, Eurico Porto tornou a contatar a Delegacia Especial de Segurança Pública e Social, visando oferecer mais informações sobre o caso envolvendo o ex-interventor paraense:

Exmo. Sr. Cap. Chefe de Polícia

Junto remeto a V. Excia. cópia autenticada do documento fls. 28, do 2º volume dos autos de apreensão procedida à rua Barão da Torres nº 636, onde residiu Luiz Carlos Prestes, e que consiste na cópia de uma carta que o Major Joaquim de Magalhães Barata dirigiu a Roberto Faller Sisson, e bem assim cópia das declarações aqui prestadas por este último à fls. Do 10º volume, a fim de que V. Excia. providencie junto às autoridades competentes para que o Major Joaquim Barata seja ouvido onde se encontrar, sobre o conteúdo da aludida carta.

Saudações atenciosas.

Delegado auxiliar Eurico Bellens Porto (TSN - IPM, vol. 13, fls. 3440)

Com os indícios acima, fica visível que a carta de Magalhães Barata acendeu um alerta sobre um possível envolvimento com a ANL e consequentemente com os levantes de novembro de 1935. Embora as forças policiais já estivessem cientes dos indícios que aproximavam Magalhães Barata de Roberto Sisson, desde abril de 1936, a imprensa de oposição paraense vinculou a informação e usou a investigação como arma de ataque somente em dezembro, em decorrência da denúncia feita ao TSN pelo procurador Honorato Himalaya Vergolino. No referido processo, nomes como Herculino Cascardo, Roberto Sisson, João Mangabeira e outros, estavam sendo investigados.

Em um contexto de extremo cerceamento político, Paulo Maranhão viu nessa possível vinculação de Magalhães Barata com a ANL uma chance de minar seu capital político no estado. Dezenas de notícias nas primeiras semanas de dezembro de 1936 tiveram como tema central o ex-interventor. Em um extenso editorial, o periódico relembrou acontecimentos que, segundo o meio de comunicação, comprovavam que o militar estava envolvido com os levantes comunistas. Em um primeiro momento, relembrou que as denúncias feitas pelo jornal antes mesmo de novembro de 1935, comprovavam que a intenção de Magalhães Barata era a tomada do poder na capital paraense, e que a polícia local estava acompanhando todos os passos do militar. Depois, relembrou a frase que o interventor havia dito no Maranhão: “Dentro de breve estarei de volta nas asas da Revolução” (*Folha do Norte*, 06/12/1936, p. 7). Para o periódico de



oposição, os possíveis motins meses após a derrota de Magalhães Barata na eleição indireta de 1935, as declarações que ambicionavam a retomada do Executivo estadual e sua ligação com nomes denunciados no TSN, eram provas cabais de culpabilidade do militar.

Os ocorridos em torno de Magalhães Barata ultrapassaram as colunas jornalísticas e os inquéritos policiais, sendo debatidos na Assembleia Legislativa do Pará. Durante a sessão do dia 9 de dezembro, o líder da bancada liberal, Octávio Meira, juntamente com outros deputados, defenderam a imagem do ex-interventor Magalhães Barata, acusando a própria *Folha do Norte* de ludibriar os fatos e selecionar fragmentos da carta que favorecessem sua narrativa. A base aliada de Magalhães Barata na Assembleia Legislativa era totalmente convicta de que o líder político do Partido Liberal era isento de qualquer participação em movimentos extremistas. Em determinado momento, Pires Camargo, deputado estadual eleito pelo PL afirmou: “os inimigos do tenente-coronel Magalhães Barata são os que o acusam de extremista!”. Em contrapartida, João Botelho, integrante da oposição e eleito pela FUP, afirmara a Assembleia: “[...] acho que o tenente-coronel Magalhães Barata, ao ter escrito a carta que escreveu e cujo tópico foi transcrito na denúncia do sr. Himalaya Virgolino, é o único culpado de arrastar para os seus correligionários qualquer dúvida [...]” (*Folha do Norte*, 10/12/1936, p. 5).

O contexto de ataque e exposição a figura de Magalhães Barata fomentou uma série de debates entre os grupos políticos dominantes no Pará. Uma das principais defesas que os membros do PL promoveram a favor de Magalhães Barata esteve pautada na distorção de fatos por parte da oposição, principalmente da imprensa a partir da *Folha do Norte*. Outro ponto bastante abordado era que Magalhães Barata não foi indiciado nos processos do TSN, ao contrário de Roberto Sisson e Pedro Ernesto. Um fato interessante nos discursos dos deputados aliados a Magalhães Barata recai na posição privilegiada que o periódico de oposição tinha em poder construir narrativas. Esse é um ponto que deve ser considerado, uma vez que os meios de comunicação atuam em torno da seleção, exposição e discussão de fatos a partir de uma posição pré-determinada politicamente. De tal modo, em um campo estratégico, o periódico comandado por Paulo Maranhão conseguia movimentar o debate em torno da campanha de acusação para além dos escritos jornalísticos.

Por conseguinte, a resposta da *Folha do Norte* às acusações de perseguição e de distorção dos fatos ocorreu na mesma edição em que transcreveu o expediente da Assembleia Legislativa. Em editorial publicado com o título: “Não pode fugir a pecha de



comunista”, tratou de remontar atos dos anos referentes à primeira interventoria de Magalhães Barata. Pela longa extensão do texto, destaco algumas partes da notícia:

O sr. Barata é comunista não porque a Folha o queira, mas por gosto dele mesmo, refletido em todos os atos da sua vida. Muito antes do ex-interventor comprometer-se com o sr. Roberto Sisson, em secundar no Pará o golpe bolchevista que deveria aniquilar o regime, ele já era tido e havido no Brasil como um comunista nato e de raça. [...] as suas manobras, porém, de franco sovetismo, no governo, caracterizaram-se pela avalanche de decretos e discursos cortejando o proletariado, insuflando os baixos instintos da plebe, confiscando bens alheios... legislando “à la-diable” contra a propriedade privada, apropriando-se, indevidamente, de mercados, jornais e edifícios particulares [...] fazendo distribuir diariamente, pelas “concentrações” da Pedreira e dos Jurunas cerca de 3000 quilos de carne extorquidos da Cooperativa de Fazendeiros e, por essa forma, fazendo-se passar por um “amigo da pobreza”; criando e organizando dessas “concentrações” como uma cópia servil dos grupos soviéticos de Moscou [...] (*Folha do Norte*, 10/12/1936, p. 5).

A maneira encontrada pelo jornal de continuar a propaganda de comunismo contra Magalhães Barata foi relembrar atos de sua primeira interventoria. A vinculação com elementos da Revolução Russa de 1917, massificados e generalizados em discursos conservadores, está presente na narrativa jornalística. O ato de reconstruir narrativas de decisões governamentais passadas, sob um viés ideológico, era uma tática de aproximar um passado recente com um presente conturbado que convergiam elementos em direção à culpabilidade de Magalhães Barata. Desse modo, deliberações que ocorreram entre 1930 e 1935, desde apropriação de terras até doações a populares de bairros como a Pedreira e o Jurunas, contribuíram para uma conexão narrativa de elementos de diferentes contextos.

Dando prosseguimento à participação de Magalhães Barata nos processos do TSN, o ex-interventor compareceu em fevereiro de 1937 para prestar esclarecimentos sobre seu envolvimento. Diferente do que ocorreu nos meses finais de 1936, quando fora descoberta a carta e toda a repercussão que o indício gerou, o meio de comunicação opositor repercutiu menos o depoimento do militar às autoridades. No tribunal, Magalhães Barata se defendeu das acusações propagadas contra sua pessoa, revelou que de fato escreveu a carta para Roberto Sisson, porém, em nenhum momento teve a intenção de se envolver em um movimento extremista, principalmente após Sisson expor o programa do movimento e não citar nenhuma organização armada.

Magalhães Barata ainda citou que por trás da repercussão causada pela carta, houve um contexto político específico da capital paraense. Segundo o militar, o acordo



político entre Partido Liberal e União Popular, citado anteriormente, causou extremado descontentamento na ala oposicionista que resgatou a carta escrita em 1935 e trabalhou em prol de causar repercussão em diferentes esferas, principalmente quando o indício foi citado no processo do TSN. Por fim, Magalhães Barata citou sua condição frente ao comando militar, que apesar dos desdobramentos em torno dos achados de sua autoria, lhe conferiu o comando do 6º Batalhão de Caçadores em Ipameri, Goiás, ainda em 1936. Em outras palavras, seu prestígio com o Exército Brasileiro não foi abalado (*Folha do Norte*, 18/02/1937, p. 1).

A imprensa da capital do país também ressoou a participação do paraense como testemunha do processo de Roberto Sisson no TSN. Jornais como *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã* publicizaram o depoimento do paraense. Dentre os elementos abordados por Magalhães Barata no tribunal, somente um foi exposto de maneira diferente pelo periódico *Diário de Notícias*, ao informar que Magalhães Barata teria dito que nunca se encontrou com Roberto Sisson, conhecendo somente seu pai. A apresentação do programa político da ANL teria sido feita por um emissário (*Diário de Notícias*, 17/02/1937, p. 3). Por outro lado, assim como publicado na *Folha do Norte*, o *Correio da Manhã* narrou que o comandante Sisson, no Pará, expôs o programa da ANL sem qualquer menção de tramas armadas (*Correio da Manhã*, 17/02/1937, p. 3).

Todavia, a defesa de Magalhães Barata deve ser considerada razoável mediante ao panorama político apresentado. Apesar de ter de fato escrito a carta, a ANL até pouco tempo estava na legalidade, embora em constante atrito com o governo de Getúlio Vargas, atrito que inclusive ocasionou sua proibição e consequentemente a atuação dos seus militantes na clandestinidade. Sobre o acordo político citado por Magalhães Barata, a *Folha do Norte* desenvolveu forte oposição a manobra que o órgão considerava uma retomada de poderio político por parte do militar. Tamanha foi a oposição de Paulo Maranhão por meio do seu jornal, que o então governador do Estado, José da Gama Malcher, que estava em meio ao acordo político, concretizou censura ao periódico, tendo uma edição publicada com colunas em branco como sinal da censura local (Lima, 2024).

A declaração de Magalhães Barata no tribunal significou a resposta direta daquele que fora acusado durante meses. Apesar de sempre reafirmar sua distância ao movimento comunista, sua participação no TSN, sem se tornar acusado, significou uma espécie de fecho da situação que se arrastara. Após sua participação como testemunha no processo de Roberto Sisson, a campanha de acusação protagonizada pela *Folha do Norte* arrefeceu.



Ainda em 1937, Magalhães Barata passou de ameaça comunista à força eleitoral pró José Américo, na corrida presidencial para o pleito de janeiro de 1938.

Em decorrência da sucessão presidencial, três candidatos se destacaram: Armando de Sales representando alas da oposição de Getúlio Vargas, no Pará apoiado por Paulo Maranhão e outros membros que compuseram a FUP; José Américo contava com apoio de parte considerável da situação, em âmbito local contou com o apoio do PL e de Magalhães Barata, este obteve licença das funções militares com intuito de organizar a campanha; Plínio Salgado representando a Ação Integralista Brasileira, vertente mais extremada dos programas apresentados visando o Executivo Federal. Embora organizadas as campanhas presidenciais, durante todo o ano de 1937, pairou a possibilidade de um continuísmo por parte de Getúlio Vargas, visualizado nos sucessivos mecanismos de Segurança Nacional e negociações com líderes políticos em prol de melhorar suas chances de manutenção no poder (Pandolfi, Grynspan, 1997). Por conseguinte, a decretação do Estado Novo pôs fim às ambições políticas de inúmeros personagens do âmbito local e nacional.

Considerações finais

A decisão de promover uma campanha anticomunista contra Magalhães Barata, pode ser ponderada como uma decisão política liderada por Paulo Maranhão em um contexto de crise política no Pará. Considerando a cisão do PL, a saída de Magalhães Barata do governo do Estado e o baixo rendimento do seu partido nas eleições municipais de 1935, Paulo Maranhão avaliou como propício à construção de ataques por meio da *Folha do Norte* contra seu principal inimigo. Em 1936, no contexto do acordo político entre o bloco governista de Gama Malcher e o PL, Paulo Maranhão buscou subsídios na principal questão da agenda política nacional: o comunismo. Enquadrar Magalhães Barata em um perfil de comunista representou para a oposição uma maneira de minar seu capital político, já maculado pela crise de 1935. Mas a decisão política obteve o sucesso esperado? Sim e não.

Renato Perissinoto (2019), revela que o pesquisador deve tomar cuidado em estabelecer uma lógica entre elites e decisões políticas sempre com desfechos favoráveis e esperados frente as decisões adotadas, uma vez que tal posicionamento consideraria as elites como capazes de moldar o mundo conforme suas vontades. Sobre os resultados parciais ou até mesmo contrárias às decisões assumidas pelas elites, o autor discorre: “[...] ora, mesmo que os efeitos das decisões não correspondam às intenções dos decisores ou,



para ser ainda mais radical, mesmo que as decisões produzam efeitos contrários às intenções dos decisores, ainda assim as elites políticas podem ser um fator explicativo importante.” (Perissinoto, 2019, p. 146). Desse modo, considero que por pertencer a uma elite política e exercer considerável influência nas conjunturas locais, principalmente a partir do principal jornal paraense da primeira metade do século XX, Paulo Maranhão optou por uma decisão política que lhe rendeu resultados parciais.

Outrossim, conseguiu levar a discussão em torno da possível ligação de Magalhães Barata para o debate jornalístico em plano local e nacional. As narrativas em torno dos indícios, principalmente a carta de Magalhães Barata a Roberto Sisson, ofereceram um incremento na propaganda oposicionista e o debate chegou a Assembleia Legislativa do Estado. Contudo, considero que a campanha atingiu seu ápice e ficou em um campo simbólico. O ex-interventor paraense, apesar de oferecer apoio indireto a ANL, não exerceu participação direta na organização, embora tenha mantido contato com personagens investigados, processados e até presos. Magalhães Barata, diante dos indícios analisados, sequer teve seu nome formalizado como um dos acusados do TSN. Além disso, a principal prova do seu contato com a ANL ocorreu poucos dias depois da proibição de atividades da organização.

Seu prestígio como militar de carreira e político não foi diminuído nos contextos de acusações. Além de assumir o 6º Batalhão de Caçadores de Ipameri, o militar esteve em amplo contato com sua base de apoio no Pará, buscando reordenamentos políticos favoráveis a si e ao seu grupo. Com a decretação da nova Constituição Federal de 1937, o artigo 176 previa que Getúlio Vargas tinha 30 dias para confirmar a manutenção dos governadores dos estados, que passariam ao cargo de interventores, ou indicar nomes para substituí-los. Diante de todo o contexto da época, o nome de Magalhães Barata surgiu como possibilidade de substituir Gama Malcher. A herança política do militar nesse momento ainda era muito forte. Contudo, Getúlio Vargas manteve Gama Malcher, para a felicidade dos opositores de Magalhães Barata.

Seu retorno ao Pará ocorreu em 1943, novamente conduzido a chefia do Estado pelo sistema de interventorias de Getúlio Vargas. Retornou tendo como principal objetivo acelerar a produção da borracha para o esforço bélico dos países Aliados da Segunda Guerra Mundial. Não esqueceu seus antigos correligionários, nomeou vários para departamentos importantes. Como também não esqueceu seus inimigos. Paulo Maranhão foi afastado da direção da *Folha do Norte* e da *Folha Vespertina*, afastamento que ocorreu



por intermédio do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Pará (DEIP-PA) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) (Lima, 2025).

Com o fim do Estado Novo, Magalhães Barata e Paulo Maranhão transitaram para a nova conjuntura política. Aquele elegeu-se durante as décadas de 1940 e 1950, senador e finalmente governador do Estado, respectivamente. Por sua vez, Paulo Maranhão, quando exerceu o mandato de deputado federal na década de 1950, contava mais de 80 anos. Magalhães Barata faleceu no exercício do mandato como governador, em 1959. O jornalista Paulo Maranhão ainda vivenciou o Golpe Militar de 1964, faleceu em 1966, aos 96 anos.

Em linhas gerais, a campanha anticomunista de Paulo Maranhão contra Magalhães Barata gerou pouco impacto a médio e longo prazo, atingindo-o somente no momento de maior cerceamento às atividades de organizações de esquerda no Brasil. Contudo, analisar as construções de narrativas no campo jornalístico que visavam ataques a alvos politicamente bem definidos, como os ocorridos entre os anos de 1935 e 1937, fornecem parâmetros viáveis a pesquisas que versam sobre o papel dos meios de comunicação e a política partidária em diferentes contextos históricos. Pere Petit (2022) ao analisar a relação entre os jornais de Belém e as disputas políticas durante o período republicano, considerou a atuação de jornais, tanto os órgãos de partidos, como os jornais empresariais, como peças importantes na dinâmica de disputas pelo poder em diferentes esferas. O autor enfatizou a trajetória de Paulo Maranhão como um exemplo de jornalista que utilizou seu meio de comunicação para fins partidários, como arma política capaz de lhe auxiliar em campanhas contra opositores (Petit, 2022, p. 195). Desse modo, analisar a campanha anticomunista desenvolvida por Paulo Maranhão contra Magalhães Barata, por meio da *Folha do Norte*, pode ser entendida como um exemplo de como os jornais são utilizados para fins específicos, visando privilégios e poderio político em determinadas conjunturas.

Data de Submissão: 30/04/2025

Data de Aceite: 15/06/2025

Referências:

Periódicos:

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 03 jun. 1930, p. 2.



Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 17 fev. 1937, p. 3.
Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 03 abr. 1932, p. 7.
Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 07 jan. 1933, p. 2.
Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 12 abr. 1935, p. 6.
Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 27 abr. 1935, p. 2.
Folha do Norte, Belém, 06 nov. 1935, p. 1.
Folha do Norte, Belém, 08 nov. 1935, p. 1.
Folha do Norte, Belém, 23 nov. 1935, p. 1.
Folha do Norte, Belém, 24 nov. 1935, p. 1.
Folha do Norte, Belém, 19 dez. 1935, p. 1.
Folha do Norte, Belém, 07 abr. 1936, p. 1.
Folha do Norte, Belém, 04 dez. 1936, p. 6.
Folha do Norte, Belém, 06 dez. 1936, p. 7.
Folha do Norte, Belém, 10 dez. 1936, p. 5.
Folha do Norte, Belém, 12 fev. 1937, p. 1.
O Estado do Pará, Belém, 07 set. 1930, p. 1.
O Estado do Pará, Belém, 11 ago. 1934, p. 1.

Processos crimes:

Tribunal de Segurança Nacional:

Crime contra a Ordem Política e Social – Apelação n. 4.899/1937 – Anexo – Auto de Busca e Apreensão RJ (Rua Barão da Torre n. 636) – vol. 2, fls. 28.

Inquérito Policial Militar do levante de 27 de novembro de 1935 no Rio de Janeiro, volume 9, fls. 2634; fls. 2636.

Inquérito Policial Militar do levante de 27 de novembro de 1935 no Rio de Janeiro, volume 13, fls. 3440.

Bibliografia:

ABREU, Davi Monteiro. Aliancistas e integralistas: disputas políticas e ideológicas no Amazonas. **Manduarisawa**- Revista Eletrônica Discente do Curso de História UFAM, Manaus, v. 2, n. 2, p. 1-18, 2018.

ANGELI, Douglas Souza; SIMÕES, Rodrigo Lemos. A Nova História Política e a questão das fontes históricas. **Cippus**, v. 1, n. 2, p. 112-129, 2012.



ARAGÃO, Isabel. O levante das forças do Exército e da Marinha no Amazonas no ano de 1924. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 118-133, 2014.

BOBBIO, Norberto. Elites. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol. 1. Brasília: Editora UNB, 2007.

DE LUCA, Tania Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2021, p. 149-175.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **O ardil totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos 1930. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

JEANNENEY, Jean-Noel. A Mídia. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 213-230.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

OLIVEIRA, Pedro. **João Amazonas**. Brasília: Edições Câmara, 2011.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSZPAN, Mario. Da Revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, n. 09, p. 7-23, 1997.

PERISSINOTO, Renato Monseff. Por que é importante estudar as elites políticas? **Perspectivas**, São Paulo, v. 53, p. 137-158, 2019.

PETIT, Pere. Jornais de Belém e as disputas político-eleitorais no Pará (1889-1992). In: César Augusto. (org.). **Histórias Impressas**: imprensa e periodismo na Região Norte – 1930-1988. Manaus: Valer, 2022, p. 185-212.

PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes**: um comunista brasileiro. São Paulo: Boitempo, 2015.

RAPOSO, Eduardo de Vasconcelos. As elites políticas brasileiras: uma proposta de abordagem. **Perspectivas**, São Paulo, v. 53, p. 159-177, 2019.

ROCQUE, Carlos. **Magalhães Barata**: o homem, a lenda, o político. Belém: Secult, 1999.

ROCQUE, Carlos. **A formação Revolucionária do tenente Barata**. Belém: Fundação Romulo Maiorana, 1983.

RODRIGUES, Denise. **Pará-1935**: um estudo sobre liderança e política. Ananindeua: Cabana, 2023.

SANTOS, Alan Christian de Souza. **O senador militar** – poder, sociabilidade e escrita de si na trajetória parlamentar de Lauro Sodré (1897-1930). 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do “Velho Intendente” Antônio Lemos (1869-1973)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

ZANONE, Valério. Quarto Poder. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol. 1. Brasília: Editora UNB, 2007.

